

de financiamento para que a conjugação desses elementos possa produzir as condições reais e esperadas para o desenvolvimento da ampliação da jornada escolar e da organização curricular na perspectiva da educação integral.

Para o novo ciclo do Plano de Ações Articuladas (PAR), que começa em 2016 e segue até 2019, o Ministério da Educação deveria priorizar projetos de ampliação de espaços já existentes. Esses projetos custam menos e requerem tempo menor para serem construídos.

A educação integral deve ser entendida fundamentalmente como política pública para a formação do indivíduo. A oferta, no nosso entendimento, deve superar o previsto na meta 6, do Plano Nacional de Educação, com atendimento universal, ou seja, a oferta da educação integral para todas as crianças da educação básica. Afinal, ela é a arma mais poderosa para mudar o mundo. E isso só vai acontecer quando a educação como um todo for realmente prioridade, não apenas no papel ou na propaganda de um governo.

Proposta de Intervenção no Programa Mais Educação

O programa Mais Educação foi criado em 2007 para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral. As escolas pré-selecionadas pelo MEC para serem beneficiadas devem atender, aos critérios de baixo Ideb, com estudantes provenientes de famílias do Programa Bolsa Família e estar em regiões de vulnerabilidade social. Só uma parte dos alunos dessas escolas participa do programa.

Diferentemente do que o MEC anuncia de que o “Programa busca contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais e a valorização da diversidade cultural brasileira na luta contra a pobreza, exclusão social e marginalização cultural; apostando na ampliação do tempo e espaços educativos para a problemática da qualidade de ensino” (BRASIL, 2011), foi observado que o programa não contribui com a diminuição da desigualdade social, pelo fato de atender apenas parte dos alunos.

Na realidade, o Programa Mais Educação, no nosso entendimento, acentua e aprofunda uma desigualdade entre os desiguais. As escolas beneficiadas estão situadas em região de vulnerabilidade social, carentes de infraestruturas, de segurança, de oportunidades. Como selecionar apenas 10% dos alunos quando se entende que a escola pública obrigatória,

gratuita e de qualidade deve ser universalizada? Para a efetividade do programa será necessário atendimento universalizado nas escolas já beneficiadas.

Em outubro de 2015, ao ser recém-empossado como ministro da Educação, Aloizio Mercadante definiu como uma de suas prioridades a revisão do Programa Mais Educação. Em matéria publicada pela Assessoria de Comunicação do MEC, a informação de que conteúdos com maior foco na melhoria do aprendizado, especialmente de português e matemática, serão priorizados. Esse anúncio do Ministério da Educação aconteceu logo após a divulgação do resultado da pesquisa *Avaliação de Impacto e Estudo Qualitativo*, feita pela Fundação Itaú Social e Grupo Banco Mundial. “Entre as conclusões está a de que o programa não melhora o desempenho dos alunos em português, nem em matemática e não tem impacto na taxa de abandono escolar”. Além dos gestores ainda se sentirem inseguros sobre como utilizar os recursos e da falta de instrumentos de monitoramento e avaliação de participação nas atividades.

Em dezembro de 2015, a divulgação do resultado de outra pesquisa⁶⁵, realizada agora pela Fundação Joaquim Nabuco, com escolas beneficiadas em 2013: um dos itens encontrados na pesquisa trata presença do professor comunitário nas escolas. No Brasil, 72% das escolas têm um professor com dedicação exclusiva para educação integral. Catorze por cento das escolas teve problema com as descontinuidades no fluxo dos recursos. Sobre a participação em cursos de formação para educação integral, 54,2% dos gestores e 47,7% dos professores participaram de alguma formação. Sobre os motivos que impedem as atividades a serem desenvolvidas, 40,5% apontam a falta de espaços adequados e 26,1%, falta de monitores qualificados.

Sendo assim, verifica-se para, a partir do exercício de 2016, a necessidade de uma reestruturação do Programa Mais Educação para atender às demandas de infraestrutura física, de mobiliário e equipamentos, de formação de gestores escolares e capacitação dos profissionais da educação. Essas condições apresentadas exigem mais comprometimento por parte do governo federal com as escolas já participantes do PME. Portanto, o MEC deve

⁶⁵ Com o título *Avaliação do Programa Mais Educação no Brasil*, foi apresentada no dia 16 de dezembro de 2015, no auditório do MEC, pesquisa coordenada pela professora Cibele Rodrigues, da Fundação Joaquim Nabuco. Essa pesquisa, com abordagem quantitativa e qualitativa, teve como objetivo avaliar o funcionamento do programa na ótica dos gestores escolares, coordenadores nas secretarias estaduais e municipais de educação, professores comunitários, estudantes e monitores do programa.
http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5015:pesquisa-da-fundaj-sobre-o-programa-mais-educacao-e-apresentada-ao-forum-interministerial-de-educacao-integral&catid=44:sala-de-impressa&Itemid=183

realizar um estudo mais aprofundado das condições físicas, mobiliário e infraestruturas dessas 58 mil escolas atendidas no ano de 2014 e intensificar a assistência financeira e técnica aos municípios e estados.

O apoio técnico ou financeiro prestado em caráter suplementar e voluntário pela União às redes públicas de educação dos entes federados se realiza por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), processo de planejamento da política de educação que deve ser implementado em um período de quatro anos. A elaboração do PAR e todo o acompanhamento do seu trâmite são feitos pelo Simec. O terceiro ciclo do PAR vai de 2016 a 2019. A elaboração do PAR é precedida de um diagnóstico da situação educacional, estruturado em quatro dimensões: gestão educacional; formação de profissionais de educação; práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos. Nesta última dimensão — *infraestrutura física e recursos pedagógicos* — devem ser priorizadas escolas públicas atendidas pelo PME. Em 2014, último ano de atendimento do programa, 58 mil escolas públicas de ensino fundamental foram atendidas. Estas, então, seriam as escolas prioritárias.

Destacamos que, em 2015, devido a cortes no orçamento da educação, o Mais Educação foi uma das ações prejudicadas. Não houve adesão para esse exercício. O fato de ser um programa de transferências de recursos financeiros em caráter suplementar e voluntário à sua execução depende da disponibilidade orçamentária.

A primeira proposta trata-se então da oferta do programa universalizada a todos os alunos das 58 mil escolas atendidas no ano de 2014. Para isso, as escolas deverão junto à rede de educação que pertence (municipal ou estadual) elaborar o Plano de Ações Articuladas para o ciclo 2016- 2019 em três etapas: o primeiro, o diagnóstico da realidade da escola. Em seguida a elaboração do plano com as atividades que serão executadas no horário regular e no contraturno. A terceira etapa é a análise técnica, feita pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e pelo FNDE. Depois da análise técnica, o ente federado assina um termo de cooperação com o MEC, do qual constam as demandas de cada escola para a execução das atividades do Mais Educação.

Além disso, com a transferência de recursos voluntários, o MEC pode, também, atender além das reformas, a construção de uma escola parque. O termo de cooperação deve detalhar a participação do MEC – que pode ser com assistência técnica por um período ou pelos quatro anos do PAR e assistência financeira, como também as responsabilidades e compromissos da rede de ensino com a oferta da educação integral.

Dessa forma, o MEC não pode receber adesão de novas escolas, até a conclusão do atendimento dessas escolas, no final de 2019. Para atender às necessidades apresentadas o MEC deve priorizar no Plano de Ações Articuladas (PAR), no ciclo 2016 – 2019, reformas e projetos de ampliação de espaços já existentes. Esses projetos custam menos e requerem tempo menor para serem construídos. Além de cursos de formação para gestores e profissionais da educação.

Propõe-se ao governo federal: a) interromper adesão para novas escolas no Mais Educação; b) priorizar as escolas atendidas pelo Mais Educação via PAR melhorando as condições físicas, infraestrutura – banheiros, vestiários, refeitórios, biblioteca entre outros; c) atender as demandas de mobiliário e equipamentos nessas escolas; d) Ofertar por meio do Formação pela Escola cursos de capacitação e formação dos profissionais da educação.

Dessa forma, esta proposta tem como objetivos:

- ✓ Proporcionar às escolas públicas beneficiadas pelo Programa Mais Educação condições físicas, por meio de reformas e ampliação de espaços, para a oferta da educação integral;
- ✓ Priorizar as demandas de mobiliário e equipamentos para essas escolas;
- ✓ Incentivar, por meio dos cursos de licenciaturas das instituições federais de ensino superior ou pelo Formação pela Escola do FNDE a formação inicial ou continuada de professores de escolas públicas participantes do Mais Educação a participação de alunos universitários na monitoria das oficinas do PME;
- ✓ Ofertar cursos de gestão aos diretores e equipe das escolas públicas, como adesão de programas de descentralização de recursos às escolas, prestação de contas entre outros.

Por meio da assistência técnica, o FNDE oferece às redes municipais e estaduais, por meio do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE – Formação pela Escola – que visa fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE.

O Formação pela Escola é voltado, portanto, para a capacitação de profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada. No caso do Mais Educação, a viabilização de turmas específicas da atender às necessidades da escola para as atividades no contraturno. O

Programa, segundo o MEC, tem como propósito contribuir para a melhoria da qualidade da gestão e o fortalecimento do controle social dos recursos públicos destinados à educação (Portal do FNDE).

Após o atendimento prioritário das 58 mil escolas via o PAR 2016- 2019, se faz necessário, para a efetividade do programa, que a educação integral seja entendida fundamentalmente como política pública e ir além da meta prevista no Plano Nacional de Educação. A oferta do programa deve ser universalizada a todos os alunos da educação básica e passar a ser um programa de transferência suplementar obrigatória para intensificar a assistência financeira e técnica do MEC junto aos entes federados.

Dessa forma, pretende-se que a oferta na educação integral supere o previsto na meta 6, do Plano Nacional de Educação, com atendimento universal, ou seja, a oferta da educação integral para todas as crianças da educação básica.